

Renato Marcão

**CURSO DE
EXECUÇÃO PENAL**

13^a edição

Revista, ampliada e atualizada



ÍNDICE

<i>Abreviaturas</i>	11
<i>Prefácio</i>	27
<i>Apresentação</i>	29

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

1. Pressuposto e objetivos da execução penal	31
2. Natureza jurídica	32
3. Princípios e garantias constitucionais	34
4. Exequente	34
5. Executado	35
6. Jurisdição especializada	35
7. Execução provisória	36
7.1. Juízo competente em sede de execução provisória	38
8. Condenado pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária	39
9. Condenado pela Justiça Estadual que cumpre pena em presídio federal.....	39
10. Princípio da isonomia e direitos não atingidos	39

CAPÍTULO II DO CONDENADO E DO INTERNADO. DA CLASSIFICAÇÃO

1. Noções gerais	42
2. Exame criminológico	43
3. Implicações decorrentes da Lei n. 10.792, de 1º de dezembro de 2003	44
3.1. Classificação e individualização da pena	44
4. Identificação do perfil genético	45
4.1. Sobre a Lei n. 12.654, de 28 de maio de 2012	45
4.2. Identificação criminal	46
4.3. Sobre o art. 9º-A da Lei de Execução Penal	46
4.4. Identificação mediante extração de DNA — ácido desoxirribonucleico.....	47
4.5. Inconstitucionalidade da extração compulsória de DNA	47

CAPÍTULO III
DA ASSISTÊNCIA

1. Generalidades.....	49
2. Assistência material.....	51
3. Assistência à saúde	51
4. Assistência jurídica	53
5. Assistência educacional.....	54
6. Assistência social.....	55
7. Assistência religiosa.....	56
8. Da assistência ao egresso	57

CAPÍTULO IV
DO TRABALHO

1. Generalidades.....	59
2. Do trabalho interno.....	60
3. Do trabalho externo	61
3.1. Pena decorrente de condenação pela prática de crime hediondo ou assemelhado.....	62

CAPÍTULO V
DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA

1. Dos deveres.....	63
2. Dos direitos	64
3. Da disciplina	66
3.1. Das faltas disciplinares	67
3.2. O RDD — Regime Disciplinar Diferenciado	71
3.2.1. Origem histórica.....	71
3.2.2. O regime disciplinar diferenciado na Lei de Execução Penal...	71
3.2.3. O isolamento preventivo e o regime disciplinar diferenciado preventivo ou cautelar.....	76
3.2.4. Procedimento	77
3.2.4.1. Inclusão preventiva no RDD.....	77
3.2.4.2. Decisão definitiva	78
3.2.5. Outras considerações ligadas ao regime disciplinar diferen- ciado.....	79
3.3. Das sanções	80
3.4. Das recompensas	84

CAPÍTULO VI
DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL

1. Órgãos da execução	87
2. Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	87
3. Do juízo da execução	88
3.1. Jurisdição	89
3.2. Juiz competente	89
3.3. Competência para a aplicação da lei mais benigna.....	92
3.4. Competência para declarar extinta a punibilidade	92
3.5. Competência para decidir sobre soma ou unificação de penas.....	93
3.6. Competência para decidir sobre progressão ou regressão de re- gime	94
3.6.1. Progressão de regime.....	94
3.6.2. Regressão de regime	95
3.6.2.1. Regressão cautelar.....	95
3.7. Competência para decidir sobre detração e remição de pena.....	96
3.7.1. Detração	96
3.7.2. Remição.....	97
3.8. Competência para decidir sobre suspensão condicional da pena	98
3.9. Competência para decidir sobre livramento condicional.....	99
3.10. Competência para decidir sobre incidentes da execução	100
3.11. Competência para autorizar saídas temporárias	100
3.12. Competência para determinar a forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalizar sua execução	101
3.13. Competência para determinar a conversão da pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade	104
3.14. Competência para determinar a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos	106
3.15. Competência para determinar a aplicação da medida de segu- rança, bem como a substituição da pena por medida de segu- rança	107
3.16. Competência para determinar a revogação da medida de segu- rança	107
3.17. Competência para determinar a desinternação e o restabeleci- mento da situação anterior	107
3.18. Competência para determinar o cumprimento de pena ou de me- dida de segurança em outra comarca	108
3.19. Competência para determinar a remoção do condenado na hi- pótese prevista no § 1º do art. 86 da LEP	108

3.20. Zelar pelo correto cumprimento da pena e de medida de segurança.....	109
3.21. Inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade.....	111
3.22. Interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta lei.....	112
3.23. Compor e instalar o Conselho da Comunidade.....	113
3.24. Emitir anualmente atestado de pena a cumprir.....	114
4. Do Ministério Público.....	115
5. Do Conselho Penitenciário	116
6. Dos Departamentos Penitenciários	119
7. Do patronato	119
8. Do Conselho da Comunidade.....	120
9. Da Defensoria Pública	122

CAPÍTULO VII DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS

1. Dos estabelecimentos penais.....	125
2. Da prisão especial	131
3. Da penitenciária	134
4. Da colônia agrícola, industrial ou similar	137
5. Da casa do albergado.....	140
6. Do centro de observação	142
7. Do hospital de custódia e tratamento psiquiátrico	142
8. Da cadeia pública	144

CAPÍTULO VIII DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE

1. Das penas privativas de liberdade	146
2. Execução provisória	148
3. Superveniência de doença mental	150
4. Cumprimento e extinção da pena.....	151

CAPÍTULO IX DOS REGIMES

1. Regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade.....	153
2. Condenação por mais de um crime.....	157

CAPÍTULO X DA PROGRESSÃO DE REGIME

1. Progressão de regime e seus requisitos.....	158
1.1. Progressão	158
1.2. Requisito objetivo.....	160
1.2.1. Condenação por crime contra a administração pública	160
1.2.2. Dispensa do requisito objetivo. Organizações criminosas..	161
1.3. Requisito subjetivo.....	161
1.3.1. <i>Habeas corpus</i> visando progressão de regime	166
1.3.2. Exame criminológico obrigatório e exame criminológico facultativo	167
2. Progressão por salto.....	167
3. Competência	168
3.1. Condenado transferido.....	168
4. Necessidade de prévia oitiva do Ministério Público e da Defesa	168
5. Progressão e falta grave.....	169
6. Gravidade do delito	171
7. A progressão de regime em face do art. 75, § 1º, do Código Penal.....	172
8. Falta de vagas em estabelecimento adequado.....	173
9. Regime integralmente fechado	175
9.1. A questão da (in)constitucionalidade.....	175
10. Da progressão para o regime aberto.....	181
11. Da prisão-albergue domiciliar.....	183
11.1. Monitoramento eletrônico	184
11.2. Prisão-albergue domiciliar em razão da ausência de estabelecimento adequado para o cumprimento de pena no regime aberto....	185
11.2.1. Hipóteses excepcionais.....	187
12. Progressão de regime prisional estando o preso sob Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	189

CAPÍTULO XI DA REGRESSÃO DE REGIME

1. Generalidades	193
2. Condutas ensejadoras de regressão.....	194
2.1. Prática de fato definido como crime doloso	195
2.2. Prática de falta grave	195
2.3. Condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime	196
2.4. Frustrar os fins da execução.....	198

2.5. Não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta.....	198
2.6. Violação de deveres relacionados com o monitoramento eletrônico	199
3. Ampla defesa e contraditório.....	199
4. Recessão cautelar.....	201

CAPÍTULO XII DAS AUTORIZAÇÕES DE SAÍDA

1. Generalidades.....	203
2. Da permissão de saída.....	204
2.1. Prazo da permissão de saída	206
3. Da saída temporária.....	206
3.1. Hipóteses autorizadoras e requisitos	206
3.2. Competência	210
3.3. Prazo.....	210
3.4. Condições para o gozo de saída temporária	211
3.5. Monitoramento eletrônico.....	212
3.6. Revogação do benefício.....	212
3.7. Da recuperação do direito.....	213

CAPÍTULO XIII DA REMIÇÃO

1. Noção.....	215
2. Generalidades.....	216
3. Requisitos	216
3.1. Remição pelo trabalho	216
3.1.1. Horário especial.....	218
3.1.2. Atividades laborativas.....	219
3.2. Remição pelo estudo.....	221
3.2.1. Quem pode remir pena pelo estudo.....	222
3.2.2. Remição cumulativa	223
4. Como se procede ao abatimento dos dias remidos.....	223
5. Outras considerações.....	224
5.1. Necessidade de declaração por sentença	224
5.2. Estabelecimento que não dispõe de condições para o trabalho	224
6. Perda dos dias remidos	225
6.1. Ampla defesa e contraditório	227

CAPÍTULO XIV DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito e noção	229
---------------------------	-----

2. Pressupostos	230
2.1. Pressupostos objetivos.....	231
2.1.1. Quantidade da pena.....	231
2.1.1.1. Sobre o art. 75 do Código Penal	233
2.1.2. Reparação do dano.....	234
2.2. Pressupostos subjetivos.....	236
3. Oitiva do Conselho Penitenciário, do Ministério Público e do defensor..	239
3.1. Do Conselho Penitenciário.....	240
3.2. Do Ministério Público.....	240
3.3. Do defensor.....	241
4. Livramento condicional a estrangeiro	241
5. Livramento condicional a quem se encontre sob Regime Disciplinar Diferenciado	242
6. Condições do livramento.....	243
6.1. Noção.....	243
6.2. Condições obrigatórias.....	243
6.3. Condições facultativas	245
6.4. Condições legais indiretas	247
7. Carta e cerimônia de livramento	247
8. Modificação das condições.....	248
9. Suspensão do curso do livramento condicional.....	250
10. Revogação do livramento	253
10.1. Generalidades.....	253
10.2. Revogação obrigatória.....	253
10.3. Revogação facultativa	256
11. Outras considerações.....	257
12. Extinção da pena privativa de liberdade	259

CAPÍTULO XV DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO

1. Introdução	261
2. Autoridade competente para determinar o monitoramento	262
3. Cabimento	263
4. Cuidados e deveres do executado submetido a monitoramento eletrônico..	263
4.1. Receber visitas do servidor responsável pelo monitoramento eletrônico, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações.....	263
4.2. Abster-se de remover, de violar, de modificar, de danificar de qualquer forma o dispositivo de monitoramento eletrônico ou de permitir que outrem o faça	264

5.	Violação dos deveres pelo executado.....	265
5.1.	Régressão de regime prisional	266
5.2.	Revogação da autorização de saída temporária.....	267
5.3.	Revogação da prisão domiciliar	267
5.4.	Advertência escrita	268
6.	Revogação do monitoramento.....	268
6.1.	Desnecessidade ou inadequação	269
6.2.	Violação de deveres	269
6.3.	Prática de falta grave.....	270

CAPÍTULO XVI DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1.	Introdução	272
2.	As denominadas penas restritivas de direitos.....	274
3.	Da execução das penas restritivas de direitos.....	276
3.1.	Noções gerais	276
3.2.	Prestação pecuniária	276
3.2.1.	Prestação de outra natureza (ou prestação inominada)	278
3.3.	Perda de bens e valores	279
3.4.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	280
3.5.	Interdição temporária de direitos	281
3.6.	Limitação de fim de semana	283
3.7.	Alteração da forma de cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana	284

CAPÍTULO XVII DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1.	A suspensão condicional da pena ou <i>sursis</i>	286
2.	Tipos de <i>sursis</i>	287
3.	A execução do <i>sursis</i>	288
3.1.	<i>Sursis</i> ineficaz ou sem efeito	292
3.2.	Prorrogação e revogação do período de prova	294
3.2.1.	Prorrogação	294
3.2.2.	Revogação obrigatória e revogação facultativa	295
3.2.3.	Duplo <i>sursis</i>	297
3.2.4.	Cassação do <i>sursis</i>	297
3.2.5.	Extinção da punibilidade	298
3.2.6.	Registro	299

4.	Cabimento de <i>sursis</i> em condenação por crime hediondo ou assemelhado	299
----	--	-----

CAPÍTULO XVIII DA PENA DE MULTA

1.	Generalidades	301
2.	Do título executivo e da natureza jurídica	303
3.	Legitimação ativa	303
4.	Juízo competente	306
5.	Processamento	308
6.	Impossibilidade de conversão da multa em privativa de liberdade.....	310
6.1.	Sobre a impossibilidade de conversão nos Juizados Especiais Criminais	311
7.	Outras considerações	313
7.1.	Impossibilidade de execução provisória	313
7.2.	Atualização monetária	314
7.3.	Detração	315

CAPÍTULO XIX DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

1.	Noções introdutórias	317
2.	Condições da execução	320
3.	Medidas de segurança em espécie	321
4.	Ausência de vaga para internação	324
5.	Da cessação de periculosidade	326

CAPÍTULO XX DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO

1.	Conceito e generalidades	329
2.	Das conversões	330
2.1.	Noção	330
3.	Das conversões em espécie	332
3.1.	Conversão da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, em restritiva de direitos	332
3.2.	Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	333
3.2.1.	Conversão da pena de prestação de serviços à comunidade	336
3.2.2.	Conversão da pena de limitação de fim de semana	338
3.2.3.	Conversão da pena de interdição temporária de direitos	338

3.2.4.	Conversão das penas de prestação pecuniária e de perda de bens e valores.....	339
3.2.5	Conversão da pena inominada (pena de prestação de outra natureza).....	341
3.3.	Conversão da pena de multa em detenção.....	343
3.4.	Doença mental ou perturbação da saúde mental superveniente.....	343
3.4.1.	Duração da medida de segurança substitutiva.....	344
3.5.	Conversão do tratamento ambulatorial em internação	346
4.	Do excesso ou desvio.....	347
4.1.	Noções gerais	347
4.2.	Do excesso	348
4.3.	Do desvio.....	349
4.4.	Quem pode suscitar	349
5.	Da anistia e do indulto	350
5.1.	Notas introdutórias.....	350
5.2.	Da anistia.....	351
5.2.1.	Procedimento	352
5.3.	Do indulto	353
5.3.1.	Indulto individual	354
5.3.1.1.	Procedimento	354
5.3.2.	Indulto coletivo.....	355
5.3.2.1.	Procedimento do indulto coletivo.....	359
5.3.3.	Comutação de pena.....	360
5.4.	Crimes hediondos e assemelhados	360

CAPÍTULO XXI DO PROCEDIMENTO JUDICIAL

1.	Introdução	361
2.	Procedimento.....	362
3.	Iniciativa	362
4.	Processamento	363
5.	Do agravo em execução.....	365
5.1.	Fungibilidade recursal.....	367
5.2.	Outras considerações	368
	<i>Bibliografia</i>	369